

A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica

Geography and Anti-geopolitics

Ivaldo Limaⁱ

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: No presente artigo, sistematizamos os lugares argumentativos mais relevantes que marcam os contrastes entre as geopolíticas clássicas e aquelas denominadas pós-modernas ou críticas. Essa sistematização evoca uma epistemologia crítica implicada na renovação da geografia política contemporânea. Apresenta-se a perspectiva antigeopolítica no escopo epistêmico das geopolíticas críticas como uma potencialidade e uma possibilidade de construção de contraespaços, da emergência criativa de contraordens espaciais democratizantes, de *contrageografias* do poder. Destarte, a justiça territorial se insinua como o horizonte ético que baliza as antigeopolíticas, exemplificadas, neste texto, por algumas dinâmicas latino-americanas contemporâneas. A presença intelectual da Prof.^a Bertha K. Becker segue orientando o texto e o contexto do resgate geográfico dessas antigeopolíticas.

Palavras-Chave: geografia política, geopolítica crítica, antigeopolítica, justiça territorial

Abstract: The aim of this article is to contrast classical and critical postmodern geopolitics using critical epistemologies which renew contemporary political geography. An anti-geopolitics perspective is presented with the epistemological purpose of proposing critical geopolitics with the potential for constructing counter-spaces, democratic spatial counter-orders and counter-geographies of power. Hence, territorial justice arises on an ethical horizon which stakes out a position of anti-geopolitics and examples of territorial dynamics in contemporary Latin America are used to illustrate this kind of approach. The intellectual presence of Bertha Becker guides the text and provides inspiration for a Geography of anti-geopolitics.

Keywords: political geography, critical geopolitics, anti-geopolitics, territorial justice

A geopolítica é filha da geografia
(LOROT, 1995:7)

Introdução

As seguintes reflexões do geógrafo Bernat Lladó, nos servem como ponto de partida para escrever sobre geopolítica e, simultaneamente, reverenciar a intelectualidade da professora de geografia política, nossa orientadora de mestrado e de doutorado e amiga

ⁱ Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF). ivaldogeo@ig.com.br

Bertha K. Becker. Trata-se de reconhecer os traços de vidas acadêmicas discípulas que Bertha – essa grande formadora de quadros – proporcionou a tantos pesquisadores, dentro e fora da Geografia:

Existem poucos professores com os quais ainda hoje, depois de muitos anos de não assistir a suas aulas, inclusive de não vê-los, posso dialogar mentalmente com eles. Às vezes, me surpreendo perguntando-me o que diria tal professor ou tal outro sobre esse livro ou sobre aquele artigo, sobre um tema ou sobre uma ideia. O melhor que pode acontecer a um professor é fazer-se presente mediante o diálogo mental ao longo de uma vida discipula (LLADÓ, 2013, p.8).

A geografia e o resgate da geopolítica. Esse foi o título escolhido por Bertha Becker para o seu artigo publicado em 1988 na Revista Brasileira de Geografia¹ e do qual nos beneficiamos, neste momento, parodiando-o. Naquele ano, o IBGE celebrava o cinquentenário desse periódico, editando dois tomos, sendo o segundo deles reservado às contribuições inéditas dos cinco geógrafos convidados que mais haviam contribuído para a exitosa trajetória da revista. Nele, encontra-se o seminal artigo escrito pela mais proeminente geógrafa política brasileira, única mulher dentre os cinco autores convidados. O texto da professora, como sói ocorrer, continha reflexões magistrais, dentre as quais destacaremos uma que traduz fidedignamente três das mais brilhantes características de Bertha: a) a inteligência fina; b) a percepção arguta; e c) a comunicação cristalina. Características que só fizeram aflorar com grandiloquência o conhecimento científico dessa geógrafa política, registrado em seus artigos e livros.

A reflexão que destacaremos de seu texto: “a nova geopolítica resultará da interação entre dois processos: a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais”. Em que pese a incontestável relevância do vetor tecnológico na formulação e implementação de renovadas práticas geopolíticas, ressaltamos o segundo vetor apontado pela autora, respaldados na ideia de que os novos movimentos sociais compõem o núcleo duro do que se denomina, atualmente, de antigeopolítica. Nesse sentido, anunciamos o objetivo duplo deste texto, qual seja: i) explicitar o relevo da contribuição de Bertha para o avanço da geografia política, em especial devido às análises que nos brindou sobre a geopolítica e ii) apresentar concisamente os aspectos próprios da antigeopolítica.

Nossos apontamentos, de caráter francamente sistematizador e didático, giram em torno da questão: quantas são as novas geopolíticas? Ou para empregarmos uma expressão do filósofo Michel Serres (CABALLERO, 2013, p.36), como se reconfiguram, na atualidade, as densidades geopolíticas? Para tanto, o texto se estrutura em três partes principais. Na primeira parte, abordaremos a inter-relação das imaginações geográfica e geopolítica em face da renovação da geografia política e seu novo horizonte como geografia política e geopolítica críticas. Na segunda parte, apresenta-se a leitura atual do conceito e da prática antigeopolítica como prenúncio do resgate da geopolítica acrescida de outros referenciais para o século XXI. Por fim, contamos com uma terceira parte na qual são mencionados alguns exemplos presentes dessa prática antigeopolítica, com ênfase na empiria latino-americana.

Os Horizontes Epistemológicos da Geografia Política

Sabemos que muita tinta, muito papel e muito talento já foram gastos para se escrever sobre a geografia política e a geopolítica clássicas e sua crise (COSTA, 1992; CLAVAL, 1994; BECKER, 1995; RAFFESTIN, 1993 [1980], 1995; LOROT, 1995; MELLO, 1999; TAYLOR, 2000 [1985]; VESENTINI, 2000; AGNEW, 2002). Os célebres nomes de F. Ratzel, R. Kjéllen, H. Mackinder, K. Haushofer, A. Mahan, O. Maull, A. Dix, N. Spykman, C. Vallaux, J. Ancel, I. Bowman, V. Vivens, para citar alguns, fazem parte da longa listagem através da qual se deslindam as histórias da geografia política e da geopolítica desde o seu nascimento no final do século XIX até meados do século XX. Dessa evolutiva histórica – sem a menor pretensão de resgata-la *in totum* –, destacamos o redelineamento do realismo político como o paradigma que, sem margem a dúvidas, orientou a geografia política e a geopolítica clássicas ou tradicionais.

Acerca dessa orientação paradigmática, escreveu Bertha Becker:

Se necessário for definir um paradigma para a Geopolítica desde que se constituiu como disciplina, certamente este seria o de realismo, no campo das relações internacionais. Realismo que pressupõe o Estado como unidade política básica do sistema internacional, cujo atributo principal é o poder. (BECKER, 1995, p.273)

Esse paradigma clássico das relações internacionais se encaixa sem folgas tanto na geopolítica quanto na geografia política tradicionais, denominadas por isso mesmo de “estadocêntricas”, nos termos de Claude Raffestin; autor que se vale da abordagem de Ratzel para evidenciar tal encaixe quando afirma que, para Ratzel, “tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder. (...) Dessa forma, Ratzel introduziu todos os seus ‘herdeiros’ na via de uma geografia política que só levou em consideração o Estado ou os grupos de Estados” (RAFFESTIN, 1993, p.15). E não apenas Ratzel poderia ser mencionado nessa evidenciação, mas o próprio Sir Halford Mackinder, que publica sua famosa hipótese geoestratégica sobre o poder mundial, com o seu conceito-chave de *heartland*, no ano da morte de Ratzel, em 1904, numa “concepção realista e masculinista do mundo” (AGNEW, 2002:83, grifo nosso). Desse encaixe paradigmático, resulta a captura da imaginação geográfica por uma imaginação geopolítica moderna, esta última definida como:

[...] um sistema de visualização do mundo com profundas raízes históricas no descobrimento europeu da totalidade do mundo. Trata-se de uma imagem elaborada do mundo e não de uma imagem simples e espontânea que nasça de uma mera contemplação do mundo desde o “senso comum”. A imaginação geopolítica moderna, ao ser um sistema de teoria e prática, não existiu nem existe no vácuo. (AGNEW, 2005:7, grifo no original)

É justamente essa imaginação geopolítica moderna, ancorada na escala internacional – realista e masculinista –, nascida da experiência euro-americana e projetada mundo afora desde o fim do século XV e início do XVI até o presente, que está passando pelo crivo de uma revisão epistemológica crítica, como de resto são revisados os paradigmas da geografia moderna que passa por “um grande debate crítico sobre os rumos do seu

pensamento, que hoje se amplia com novas tendências” (MOREIRA, 2006, p.9). A imaginação geográfica, concebida como consciência espacial, para empregar os dizeres de David Harvey, experimenta bifurcações, redirecionamentos, regenerações, enfim, superações criativas. De fato, estão sob avaliação rigorosa as ponderações do renascimento da geopolítica a partir de meados da década de 1970, no plano epistemológico; e as do surgimento de uma nova era geopolítica global, a partir dos anos 1990, no plano prático das relações intra e interestatais. Está em jogo uma espécie de descolonização da imaginação geográfica forçada por uma nova imaginação geopolítica que se empenha na “reumanização do mundo, situando outra vez as pessoas comuns no centro da geopolítica, em vez das ‘forças da natureza’ que afirmava a geopolítica tradicional” (AGNEW, 2005, p.XVIII).

Nesse contexto, nos diz o geógrafo político:

A situação atual coloca a necessidade de abandonar o compromisso *a priori* com as escalas global e nacional-estatal que em certo modo monopoliza todas as possíveis influências causais na política mundial. (...) O que se necessita é uma imaginação *geográfica* que leve a sério os lugares como cenários da vida humana e que trate de interpretar a política mundial desde o ponto de vista da repercussão que tem no bem-estar material e na identidade dos povos de distintos lugares. (AGNEW, 2005, p.153, grifo no original).

Esse renovado ambiente teórico e empírico conduz autores como C. Raffestin, D. Lopreno e Y. Pasteur ao reconhecimento de uma “pós-geopolítica”, admitindo que se trata mais do que um simples *remake* de discursos geopolíticos anteriores, antes, se trata de “vontades científicas para melhor compreender um mundo em profunda transformação” que justificariam o prefixo “pós”. (RAFFESTIN et al., 1995, p.304). Ainda que esse renascimento ou ressurreição tanto da geografia política como da geopolítica seja um momento epistemológico coroado pelas obras de Yves Lacoste, “A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”, de 1976; Paul Claval, “Espaço e poder”, de 1978; e Claude Raffestin, “Por uma geografia do poder”, de 1980, alertamos para o fato de que, no bojo desse movimento, alguns métodos e teorias geopolíticas reapareceram, configurando o reforço de geopolíticas conservadoras, reafirmando-se “geopolíticas neoclássicas” (MURPHY et al., 2004 *apud* DAHLMAN, 2012, p.92), ao mesmo tempo que renovações radicais da imaginação geográfica ocorreram, pavimentando o terreno para o resgate, o reconhecimento e a consolidação de geopolíticas críticas.

No fundo, novos rótulos são propostos no afã de que deem conta das tendências que se prenunciam no final do século XX e início do XXI. Contudo e talvez, os rótulos mais compreensivos, nesta empreitada terminológica, sejam os de geopolítica e geografia política críticas. Decerto, o vocábulo crítica, quando adjunto ao termo geografia, indica duas direções: uma epistemológica, fazendo referência às raízes do pensamento geográfico; e outra sociopolítica, implicando uma prática científica orientada à transformação da realidade (VACÁRCEL, 2008, p.30). Assim, geografia crítica torna-se expressão familiar aos geógrafos contemporâneos, preocupados com a ampliação dos horizontes da própria disciplina. Outras expressões, não tão familiares, como metageografia clássica e crítica, também ampliam esses horizontes, quando se entende a metageografia como uma mediação entre uma geoestrutura e suas representações, ou seja, quando a metageo-

grafia é concebida como um conjunto de sistemas sêmicos mobilizados para assegurar a representação da geoestrutura, criando-se, desse modo, variados geogramas (RAFFESTIN, 1983:17-18). Emerge, nesse escopo, a possibilidade de uma nova geografia política:

Nesta nova geografia política de elevado componente crítico, as conexões com a geografia social e cultural são evidentes e se estabelecem em boa medida através de um conceito-chave, o de identidade (...). O resultado tem sido uma geografia política crítica que, como metodologia, implica uma análise até certo ponto heterodoxa dos fenômenos e fatos geopolíticos em relação a outras perspectivas [mais tradicionais]. (...) Essa geografia política crítica tenta desconstruir os discursos de poder institucionalizados e, portanto, construir novas visões políticas das relações socioespaciais (...). O desafio da nova geografia política – uma geografia política que recuperou e reconsiderou a fundo o papel da identidade, da cultura e do lugar na construção do espaço social – consiste em oferecer visões da realidade alternativas às do pensamento único dominante. (NOGUÉ, 2006, p. 211-214)

A geografia política crítica se traduz nos esforços de decifração do mundo contemporâneo, a partir da flexibilização da relação espaço – poder que passa a ser desdobrada em toda sua potencialidade e complexidade, escapando da armadilha do estadocentrismo através da reabilitação crítica de antigas temáticas, da incorporação de temas e questões inéditos e, sobretudo, da atualização do escopo de seu *corpus* teórico. Acresce a esse desdobramento uma reflexão teórica e uma abordagem prática mais ampla sobre a escala geográfica, concebida como uma arena política, que não se restringe, obrigatória e exclusivamente, à escala mundial. Em suma, emerge um renovado e muito bem-vindo repertório teórico-metodológico que inclui uma densa e diversificada geopolítica crítica referente às mais distintas escalas geográficas.

Como nos alertou oportunamente Dalby (1991, p.274):

Construir geografias políticas críticas é argumentar que não devemos limitar nossa atenção ao estudo da geografia da política dentro de espaços do senso-comum, tomados como garantidos e pré-dados, mas investigar a política das especificações geográficas do político. Isto é praticar geopolíticas críticas.

Por seu turno, Cairo (2005, p.XII) nos recorda que a “expressão ‘geopolítica crítica’, designando um enfoque particular da disciplina, foi utilizada pela primeira vez na tese doutoral escrita por Ó Tuathail sob a orientação de John Agnew, e defendida em 1989”. Estamos conscientes de que as abordagens da geopolítica clássica e da geopolítica crítica não se desenham numa linearidade cronológica simplista, mas, ao contrário, se forjam em meio a descontinuidades, argumentações e contra-argumentações que caracterizam um ambiente acadêmico fértil e vivaz. E, em decorrência dessa consciência, apontamos alguns traços fundamentais e diferenciadores dessas duas abordagens. Nesse sentido, baseado nas ideias de John Agnew, sobre o estranhamento do familiar, Kuus (2011, p.525) esclarece que,

[...] enquanto os escritos da geopolítica tradicional tentam fazer com que as complexas realidades sociais pareçam familiares encaixando-as em vários modelos, as geopolíticas críticas buscam o oposto. Estas últimas tomam as

estruturas do familiar senso-comum, como o sistema de Estados, por exemplo, e as tornam não-familiares, analisando-as como processos histórico-espaciais contestados, contraditórios e complexos.

Registramos, todavia, que o autor da citação acima, mesmo reconhecendo a relevância das geopolíticas críticas, ainda as remete majoritariamente à escala mundial, acompanhando o raciocínio do mesmo John Agnew. Assim, encontramos o seguinte apontamento: “estudar geopolítica é analisar os modos pelos quais atores políticos entendem e praticam política internacional em termos espaciais – através de concepções espaciais e geográficas de poder, identidade e justiça.” (KUUS, 2011, p.523). Ou ainda, as considerações de Atkinson e Dodds (2000, p.11): “no cerne das geopolíticas críticas, contudo, está a crença de que as representações geopolíticas da política global merecem séria atenção”. Por isso, seguem as preocupações com análises de discursos, no rastro foucaultiano da tensão formada entre poder e saber (KUUS, 2014).

Ecoando essas ideias, Kelly (2011, p.512) adverte que as geopolíticas críticas pós-modernas problematizam as generalizações hegemônicas do “Grande Poder”, operacionalizadas no discurso e na prática, e questionam a “geopolítica [clássica] como uma ferramenta a mais no estabelecimento da dominação”. Já na opinião de Ó Tuathail (1996a, p.8), “a geopolítica crítica não deve ser entendida como uma teoria geral de geopolítica nem uma negação intelectual autoritária dela”. Segue o autor: “Em contraste à ambição estratégica da geopolítica imperial (...), a geopolítica crítica é uma forma tática de conhecimento” (Ó TUATHAIL, *idem*, *ibidem*). Arrematamos e enfatizamos, ainda, que levar em conta as escalas geográficas distintas da nacional e internacional é fundamental para a compreensão das geopolíticas críticas, especialmente, no que tange às antigeopolíticas, como se verá adiante.

Propomos o quadro abaixo, contrastando os traços marcantes da geopolítica tradicional com os da geopolítica crítica, inspirados no trabalho de Ó Tuathail e Dalby (1998) ao qual aditamos os quatro últimos traços contrastantes.

Quadro I

Geopolítica Tradicional	Geopolítica Crítica
Soberania nacional	Globalização
Territórios fixos	Fronteiras simbólicas
Burocracia estatal	Redes/Interdependência
Territórios inimigos	Perigos desterritorializados
Blocos geopolíticos	Ambientes virtuais
Cartografia e mapas	Sistema de Informação Geográfica
Binarismos prevalentes	Ambivalências reconhecidas
Masculinismos impostos	Feminismos propostos
Autarquia territorial	Justiça territorial
Lógica da dominação	Lógica das identidades

Fonte: Adaptado de Dodds, 2005, p.9

A geopolítica crítica, no singular ou no plural, apresenta uma “orientação pós-estruturalista, aporta um interesse específico nas análises e na desconstrução dos discursos geopolíticos, deslocando sua atenção prioritária desde os fatos para as suas representações e para as narrativas que pretendem justificar as políticas de poder” (MÉNDEZ, 2011, p.14). Para Painter (2008, p.65), “as geopolíticas críticas emergem durante os anos 1990 como um meio de repensar o conceito de geopolítica deslocando-o para além das teorias realistas tradicionais e da polarizada confrontação política Leste-Oeste da Guerra Fria”. No bojo das geopolíticas críticas, encontrarão acolhimento variados temas outrora marginalizados, enfoques inéditos e tratamentos metodológicos sofisticados, abrindo-se, desse modo, espaço de debate e interação sobre geopolíticas feministas (SHARP, 2003, 2005; KOFMAN, 2008), verdes (LUKE, 2000; AGNEW, 2002; DALBY, 2003), espirituais (Ó TUATHAIL, 2000), populares (SHARP, 2000, DODDS, 1998, 2005), das emoções (MOÏSI, 2009), *inter alia*.

Na concepção de Atkinson e Dodds (2000, p.11), a “geopolítica crítica deve, então, interrogar a visualização do mundo pelos ‘experts’ geopolíticos, para assegurando que suas pretensões de verdade e de ideias privilegiadas sejam expostas como parciais e subjetivas”. Nesse sentido, consoante Preciado e Uc (2012, p.79):

A geopolítica crítica contribui a pensar que todo processo social expressado espacialmente supõe levar em consideração o binômio linguagem-poder, e, com ele, o reconhecimento das diversas representações do mundo que se encontram contidas – cooptação ou omissão – nos espaços que constroem as geografias do poder dominante: principalmente os do Estado-nação.

Muito embora conscientes dessa variedade de geopolíticas críticas e de seus alcances, cerraremos nosso foco nas denominadas antigeopolíticas, recuperando, no escopo deste trabalho, pré-ideias que lhe proporcionaram definições de prestígio acadêmico, bem como as trajetórias históricas e intelectuais que lhe correspondem, especialmente com referência aos movimentos sociais. Routledge (1998a, p.241) é cristalino ao afirmar que “uma importante área de investigação dentro das geopolíticas críticas é o papel dos movimentos sociais em desafiar o poder do Estado e das instituições internacionais para ativar programas políticos e econômicos particulares”. Vejamos mais de perto as definições conceituais e os casos analisados.

A Antigeopolítica: Percursos de uma Ideia Eticamente Situada

Partimos do suposto oferecido por Cairo (2006, p.20) de que “existem diversas formas de desafio à imaginação geográfica dominante e projetos de imaginar novas contratopografias e territorialidades que reflitam a aspiração a uma reconquista dos espaços nos quais se desenvolvem contrapoderes”. Estaríamos, assim, situados no domínio intelectual e prático do que Sassen (2003) denominou de *contrageografias*. Esse suposto remete à constatação de que existem circuitos alternativos de ideias às representações e práticas geopolíticas hegemônicas que nos permitiriam aplicar a imaginação geográfica a movimentos dissidentes, quais sejam aqueles construtores de novas espacialidades do político. Daí, autores contemporâneos renovarem a abordagem temática das dissidências

e das resistências em geografia, que se podem traduzir como práticas antigeopolíticas, ao considerarem que, nesse contexto das geografias dissidentes, “todos compartilham compromissos políticos para superar relações de poder e de opressão dominantes” (BLUNT e WILLIS, 2000, p.X). Nessa mesma direção, encontra-se a coletânea organizada por Pile e Keith (1997), abordando os espaços (as geografias) de resistência na contemporaneidade, bem como a precisa análise de Zibechi (2008) sobre a dinâmica intraurbana na América Latina.

Estáramos, por conseguinte, tratando da problemática dos contraespaços e de suas possibilidades de realização em um mundo tão controverso quanto hegemonicamente regulado, seguindo uma formulação dialógica de causa e efeito entre a controvérsia e a regulação. A antigeopolítica trata da construção de contraespaços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante. A antigeopolítica aborda a (des)construção de espaços de resistência, entendida esta última como a prerrogativa social de uma existência distinta da que presentemente experimenta a maioria dos segmentos sociais. A antigeopolítica trabalha com a equação propositiva de que um outro mundo é possível somente quando o mundo do outro é possível. Daí o seu caráter flagrantemente ético, cujos horizontes são a justiça e a felicidade. Nesse sentido, é oportuno recordar que o outro também é uma categoria político-geográfica, conforme atesta o recente trabalho de Mountz (2012), o que, por seu turno, nos reconduz ao horizonte mais específico da justiça territorial (LIMA, 2012).

Segundo Dodds (2005, p.172), a antigeopolítica nega que “o argumento geopolítico prático das elites nacionais reflita os interesses e desejos de indivíduos e da sociedade civil”. Portanto, trata-se de descolonizar o discurso geopolítico do ponto de vista hegemônico, numa busca por novos olhares, ou a ruptura com o “ocularcentrismo” moderno, nas palavras de Ó Tuathail. Outrossim, essa antigeopolítica aporta um modo de deslocar o centro das atenções do Estado territorial para outras formas de entidades políticas como os movimentos sociais, grupos anticoloniais e ativistas antiglobalização, arremata Klaus Dodds. Por esse motivo, recuperamos o que Bertha Becker afirmava, já em 1988, sobre a relação formada entre os movimentos sociais e a nova geopolítica, conforme destacado na apresentação deste texto. Bertha captara a faceta de uma realidade que se configurava e consolidava, sem, contudo, nomeá-la de antigeopolítica, embora disso, efetivamente, se tratasse. Aqui reside um dos aspectos que comentamos sobre a inteligência fina dessa geógrafa: a sua percepção arguta.

Apresentamos uma ponderação similar em relação à contribuição de Jacques Lévy quando ele se refere à “desgeopolitização” do mundo, ou seja, ao ofuscamento de uma certa geopolítica e, sobretudo, de uma certa imaginação geopolítica. Seguindo um caminho analítico oposto ao de Bertha Becker, o geógrafo francês emprega a expressão “lógicas antigeopolíticas” para explicar essa “desgeopolitização”, sem, contudo, aprofundá-la ou relacioná-la diretamente aos movimentos sociais, uma vez que o autor se preocupava em assinalar um deslocamento do foco da análise dos grandes blocos geopolíticos para a dinâmica da vida política interna das sociedades, genericamente, como quem contrapõe política externa à política interna (LÉVY, 1994: 112-113). De ambas as ponderações, a de Becker e a de Lévy, concluímos preliminarmente que esses autores prenunciam, cada um a seu modo, uma realidade que mais tarde seria teorizada, historiografada e analisada empiricamente sob o preciso rótulo de antigeopolítica. Com esses dois autores e

suas ideias, registramos um momento inicial do percurso ainda em desbravamento das antigeopolíticas. Em suma: Bertha Becker identifica e analisa a tendência antigeopolítica, mas não a rotula; anos mais tarde, Jacques Lévy nomeia a tendência sem analisá-la.

Seguindo com as definições, atentemos para o que nos diz Paul Routledge sobre a antigeopolítica:

As histórias de resistência podem ser caracterizadas como “geopolíticas de baixo para cima” emanando de posições subalternas (i.e. dominadas) dentro da sociedade e que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites. Esses desafios são lutas contra-hegemônicas nas quais se articulam resistência e força coercitiva do Estado – no âmbito da política doméstica e externa (...). Eles são expressão do que eu denominaria de “antigeopolítica” (ROUTLEDGE, 2003, p.236).

O autor acima retoma os apontamentos do dissidente húngaro George Konrad para sublinhar que o conceito de antigeopolítica consiste numa força cultural, política e ética dentro da sociedade, derivando esse conceito de um outro: a antipolítica. Konrad (1998, p.283) nos informa que a “antipolítica é o *ethos* da sociedade civil e que a sociedade civil é a antítese da sociedade militar. (...). Assim, a sociedade militar é a realidade e a sociedade civil é a utopia”, complementando que a “antipolítica baseia a política na consciência do medo e da morte. Ela reconhece que nós somos uma espécie homicida e suicida, capaz de conceber inúmeras explicações morais para justificar nossas tendências homicidas e suicidas”. Em síntese, contrapondo uma política do Estado à outra do espírito, o autor húngaro conclui que a antipolítica é uma força moral. É nesse sentido que insistimos que a antigeopolítica pode e deve ser guiada, em última instância, pela busca da justiça territorial em detrimento de horizontes sociais que geram e/ou agudizam a opressão (e os espaços opressores) nas múltiplas faces que ela pode assumir, recorrendo à discriminação que Iris Marion Young nos oferece para tratar a opressão desde o exemplo da exploração, passando pela marginalização, a carência de poder, o imperialismo cultural até aquele da violência, sendo esta última a sua face mais desumana (YOUNG, 1988).

A antigeopolítica, de acordo com Routledge (2003, p.237), “pode assumir uma miríade de formas, desde os discursos oposicionistas de dissidentes intelectuais até estratégias e táticas dos movimentos sociais (embora, frequentemente, aqueles caminhem lado a lado com estes)”. Historicamente, consoante Routledge (1998b), as antigeopolíticas podem ser tipologizadas como i) coloniais e da Guerra Fria; e ii) da Nova Ordem Mundial e da globalização. Textos canônicos ilustrativos dessa sequenciação histórica são os escritos por E. Saïd, sobre o orientalismo; F. Fanon, sobre a violência; M. Luther King, sobre o rompimento do silêncio; V. Havel, sobre os desempoderados; E. P. Thompson, sobre a guerra; G. Konrad, sobre a antipolítica; A. Farmanfarmanian, sobre a raça e a sexualidade; e Subcomandante Marcos, sobre os movimentos antiglobalização, todos recompilados em Ó Tuathail et al. (1998). À parte dos textos retrocitados, inúmeros outros surgiram, especialmente a partir dos anos 1990, para abordar casos específicos das resistências da Revolução do Nepal, o caso do zapatismo em Chiapas (ROUTLEDGE, 1997, 1998a), ou para explicitar o denominado “olho antigeopolítico” presente no

trabalho da jornalista Maggie O'Kane sobre a cobertura da guerra na Bósnia, 1992-1993 (Ó TUATHAIL, 1996b), dentre outros.

A resistência constitui o núcleo duro da antigeopolítica, ou seja, a categoria de análise chave para o entendimento das práticas antigeopolíticas. Resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias em condição de exterioridade às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas, acatando-se a famosa proposição de Michel Foucault: onde há poder, há resistência. É essa resistência que atua como o contra fluxo que retroalimenta o próprio fluxo do exercício do poder. Logo, não se trata meramente de uma contra ofensiva às manobras do polo dominante numa dada relação de poder, mas trata-se, isso sim, da contra face do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas.

Sabemos que, para Foucault, segundo a síntese feita por Revel (2005, p.75-76):

A resistência não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. A resistência deve apresentar as mesmas características do poder, tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele, distribuindo-se estrategicamente. As resistências podem, por sua vez, fundar novas relações de poder, tanto quanto novas relações de poder podem, inversamente, suscitar a invenção de novas formas de resistência. Não é, portanto, fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder.

Nunca seria demais lembrar que essas resistências são desencadeadas e propulsionadas pelos mais diversos vetores sociais, destacando-se, dentre eles, a identidade de um ator ou conjunto de atores sociais em relação a um determinado território, o que levou A. Chauprade (*apud* HUISSOUD e GAUCHON, 2013, p 30) a falar de “uma ‘libido territorial’ e de uma ‘territorialização das identidades’, nas quais se situa o fundamento da geopolítica”. Diríamos, em acréscimo: nas quais se situa um dos fundamentos da antigeopolítica. Boron (2012, p.232), ao se referir à atual *geopolítica dos movimentos sociais* (denominação extensa para antigeopolítica?) na América Latina, reconhece que “a resistência dos povos – e de alguns governos – tem sido formidável e tem recolhido bastantes resultados”.

Concebida a antigeopolítica como uma abordagem eticamente situada, podem-se identificar pelo menos duas direções de seu desenvolvimento. Uma delas se refere à importância concedida à presença do Outro na cena política e na busca de espaços políticos que não se restrinja apenas à guerra e à ordem, mas também à legitimidade. Portanto, trata-se de romper com a invisibilização dos sujeitos corporificados, reconhecer o *Homo situs*, do qual nos fala Hassan Zaoual, ou o *Homo geographicus*, dissertado por Robert Sack, revendo o mundo social como uma realidade datada e situada, constituída e construída por todos em condição de desfrutar plenamente dos direitos sociais. A antigeopolítica deve, pois, trabalhar com a noção de reconhecimento, no rastro do pensamento de Axel Honneth. A outra direção, como sumariza Painter e Jeffrey (2009, p.217) versa sobre a “[auto]crítica da geopolítica crítica” – e das antigeopolíticas academicamente abordadas – que aponta para o exercício da ética profissional, na medida em que se questionam as condições sob as quais os próprios geógrafos políticos críticos

avaliam suas posições de classe, de gênero etc. na feitura de seu trabalho, bem como se esses profissionais não estariam focalizando excessivamente suas análises nos textos e nos discursos, às expensas da materialidade espacial.

Então, as antigeopolíticas se inserem na perspectiva de uma geografia da ação, do movimento, contextualizada historicamente, à moda de Yves Lacoste. É lícito reconhecer a contribuição de Lacoste para o renascimento da geografia e da geopolítica e relembrar a sua convicção de que “não podemos fazer uma análise geográfica e ainda menos uma análise geopolítica sem se referir à história” (LACOSTE, Y. em entrevista a ZANOTELLI, 2005, p.97). O eminente geógrafo francês afirma que “o termo ‘geopolítica’, utilizado em nossos dias de múltiplas maneiras, designa na prática tudo que é relacionado às rivalidades pelo poder ou pela influência sobre determinados territórios e suas populações” (LACOSTE, 2009, p.8). Embora o neologismo antigeopolítica não conste do dicionário de geografia elaborado por Lacoste (2003), como tampouco do léxico de geopolítica organizado por Sopplea et al. (1988) ou das cem palavras geopolíticas escolhidas por Huissoud e Gauchon (2013), a preocupação com a inserção da análise geopolítica numa dinâmica histórica mais ampla, não descarta a plausibilidade do neologismo.

É assim que chegamos à história do tempo presente repleta de práticas antigeopolíticas ou contraespaciais; uma história entremeada de *contrageografias*. Por conseguinte, na concepção de Jaime Preciado e Pablo Uc (2012, p.77), “analisar as geografias do poder dos movimentos sociais implica tanto o estudo de seu potencial antigeopolítico, expressado em discursos e práticas contraespaciais, como de suas estratégias de vigilância e negociação com os poderes instituídos”. Para esses autores, “pensar nas geografias do poder dos movimentos sociais e dos Estados significa reconhecer a disputa fundamental para controlar a produção de espaços” (PRECIADO e UC, 2012, p.79).

A Antigeopolítica e a América Latina: Apontamentos Expressos

Do exposto até aqui, repercutimos a pergunta de Preciado e Uc (2012, p.78): “Quais são os novos desafios que enfrentam os movimentos sociais [latino-americanos] para construir novas geografias do poder alternativas às dos Estados e às do capital transnacional?”

Segundo os autores acima, na realidade contemporânea da América Latina,

[...] os contraespaços buscam reincorporar o imaginário do nacional mediante novas iniciativas constitucionais de descentralização territorial que enunciam o reconhecimento de formas diversas de autonomia (Bolívia, Equador, México, Colômbia etc). (PRECIADO; UC, 2012:82)

Destarte, Preciado e Uc (2012, p.86-88) identificam três tendências atuais na relação Estado / movimentos sociais na América Latina, a saber:

1. Tendência convergente e capacidade de negociação e pacto. Mencionam-se os casos da Bolívia, Equador, e, em menor medida Venezuela.
2. Tendência de convergência baixa, conflituosidade ativa com espaços específicos de negociação e alta capacidade de cooptação por parte do Estado. Mencionam-se os casos do Brasil e da Argentina.

3. Tendência de convergência nula, conflituosidade permanente e estratégias violentas de submissão. Mencionam-se os casos do México e da Colômbia.

Igualmente, Boron (2012, p.190-191), baseado em autores como Raúl Zibechi, sistematiza uma série de traços em comum que compartilham os atuais movimentos sociais latino-americanos, a saber: a) a base territorial; b) a autonomia dos movimentos; c) a revalorização da identidade e da cultura dos povos e dos diversos sujeitos sociais; d) a capacidade para formar seus próprios intelectuais; e) o novo papel social das mulheres; f) a reorganização do trabalho; e g) a apelação a novas formas de luta. Esses traços sinalizam e confirmam as tendências de reestruturação dos movimentos sociais na América Latina.

Dessas tendências, podemos partir para uma seleção de casos a serem comentados mais detidamente. Embora seja vasta a bibliografia que contempla a análise dos movimentos sociais na América Latina, no que diz respeito à perspectiva de análise antigeopolítica, destacaremos o conjunto da obra do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, afinado com a epistemologia crítica de um pensamento descolonial, como em Porto-Gonçalves (2002, 2004, 2006) e sinalizaremos o trabalho monográfico de duas geógrafas, a brasileira Manuela Silveira (2011), com sua análise sobre o Equador, e a mexicana Valeria Pérez-Gil (2011), com sua análise sobre o estado de Oaxaca, no México.

Segundo Porto-Gonçalves e Quental (2013, p.180-81), na América Latina,

[...] há uma tensão territorial de novo tipo em curso e já não se trata mais do territorial confundido com a escala do Estado (uni)nacional. (...). Observe-mos que os movimentos camponeses e indígenas (...) passam a ter um papel relevante, sobretudo a partir de 1990-1992-1994, atualizando uma história de longa duração e trazendo outras questões para o debate contemporâneo. Não é sem sentido que politizam o conceito de território, haja vista que o momento primeiro do sistema- mundo moderno-colonial foi justamente a invasão de seus territórios, sua (des)territorialização.

Claro está, que situações várias poderiam ser aqui expostas para ilustrar as práticas antigeopolíticas latino-americanas, bastando citar o caso dos zapatistas em Chiapas, em seus trinta anos de atuação. Tendo-se em conta, para tanto, que o texto do próprio Subcomandante Marcos integra a coletânea de Ó Tuathail (1998), na seção dedicada à antigeopolítica e, principalmente, o fato de se tratar de uma movimento social com forte ancoragem territorial, um movimento contrário às políticas neoliberais em curso naquele país, cujos rebeldes zapatista souberam usar o território para construir uma sólida resistência, fazendo com que o território zapatista se entrelaçasse com a divisão política formal do território mexicano (ADDOR, 2014). Porém, insistiremos nos exemplos dos trabalhos das duas geógrafas mencionadas.

A análise crítica de Porto-Gonçalves acerca dos movimentos sociais e os territorialismos na América Latina inspirou, por seu turno, as investigações científicas de duas jovens geógrafas, em suas teses de mestrado em ordenamento territorial e ambiental no PPGE/UFRJ, por nós orientadas. Valeria Pérez-Gil procede a uma análise minuciosa sobre a realidade mexicana na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca. Pérez-Gil aprofunda uma investigação sobre a tensão entre múltiplas territorialidades

presentes na região do Istmo, envolvendo camponeses, pescadores, indígenas, empresas energéticas, organizações sociais, e agentes do governo. Para esta autora:

Essa tensão, representada por conflitos territoriais, se deve à divergência dos diferentes interesses territoriais que existem entre os grupos de agentes, atores e sujeitos que interatuam na região ante à nova presença dos parques eólicos de empresas estrangeiras, as quais oferecem o discurso do “desenvolvimento” através do manejo de “energias renováveis”, como a energia eólica, convertendo o Istmo de Tehuantepec em uma região estratégica para o capital. (PÉREZ-GIL, 2011, p.3)

A análise crítica do confronto de discursos – hegemônicos e contra-hegemônicos – bem como das práticas estratégicas que incidem em Oaxaca, conduz Pérez-Gil à conclusão que a complexidade territorial deve conduzir as ações (geo)políticas ancoradas no reconhecimento multicultural e pluriétnico do estado mexicano com a maior proporção de população originariamente indígena, levando-se em consideração os usos e costumes dessa população, ou seja, de sua comunalidade, que inclui o direito ao território e a promoção da justiça territorial. A autora trata, com efeito, de movimentos de resistência que reivindicam contraespaços, através de mecanismos que reforcem a cultura regional, como as festas *Las Velas*. Insinua-se um contradiscurso calcado nas horizontalidades que permitiriam às comunidades oxaquenas o direito a continuar (re)existindo.

O exemplo estudado por Pérez-Gil coaduna com as antigeopolíticas da qual tratávamos há pouco. A autora buscou decifrar as estratégias e táticas sociais que se expressam na luta pelo direito ao território e que promovem *contrageografias* em face da pressão política exercida pelo Estado mexicano e pelas empresas estrangeiras, especialmente no contexto do Plano Puebla-Panamá, que atinge a estratégica região do Istmo. Ainda que a autora, à época, falasse de um futuro incerto e desolador para as populações de Oaxaca, nada nos impede de pensar nas marchas e contramarchas do tempo-espaço e suas emergências sistêmicas, isto é, em renovadas possibilidades.

Outro exemplo de práticas antigeopolíticas na América Latina nos é trazido à baila por Silveira (2011). A autora parte de uma perspectiva descolonial para proceder a uma leitura crítica sobre o padrão moderno-colonial que funda o ordenamento territorial do Equador. À imposição da malha territorial estatal equatoriana, Manuela Silveira contrarrestará a perspectiva territorial do movimento indígena equatoriano, analisando suas estratégias de resistência e suas propostas para a refundação do Estado. Trata-se de uma análise do território estatal em processo e as tensões provocadas entre territorialidades de um Estado plurinacional.

Segundo Silveira(2011, p.154), trata-se de do:

[...] início de um novo ciclo do movimento indígena equatoriano que – a partir do qual a luta pela igualdade se alia à luta pelo direito à diferença (aqui incluídas as consequências territoriais e políticas dessa associação) – deita raízes em processos históricos de longa duração, relacionados às inúmeras ações de resistência empreendidas desde tempos da colonização para a manutenção e a defesa de sua forma de vida ancestral.

A autora dirige uma análise crítica ao não reconhecimento estatal da autodeterminação dos povos indígenas equatorianos, de sua filosofia ancestral do *Buen Vivir*, base para a instauração de um novo modelo civilizatório. Embora a autora reconheça que a plurinacionalidade e as demais reivindicações indígenas enfrentem muitos e fortes obstáculos, elas devem permanecer como um horizonte a ser buscado, a servir de guia para as ações. Destacamos que, como no caso da análise de Pérez-Gil, encerra-se aqui também uma abordagem crítica das práticas antigeopolíticas de amplos segmentos sociais subalternizados em sua busca por espaços legítimos.

Uma Breve Conclusão

As geopolíticas críticas representam um enorme potencial de ampliação epistêmica e de construção do conhecimento político-geográfico empírico. As densidades e variedades geopolíticas do mundo contemporâneo nos instigam à decifração de tensões, contradições, conflitos e enfrentamentos inerentes à produção do espaço. Nessa empreitada, a perspectiva das antigeopolíticas parece indicar um caminho seguro, do ponto de vista teórico-metodológico, para a consecução de análises geográficas consistentes e condizentes com o horizonte da justiça territorial, portanto, eticamente balizadas. Inobstante, advoga-se a legitimidade das *contrageografias* do poder. A antigeopolítica nos convida à reflexão sobre a convergência desejável entre territórios legítimos e territórios justos cujos núcleos são a emancipação e a dignidade humanas. E é pela análise do afrontamento de estratégias que essa reflexão avançará.

Nesse texto, esperamos ter alcançado dois objetivos implícitos. Um deles é reconhecer a vida discipula que, generosamente, nos legou a professora e amiga Bertha Becker. O outro é oferecer uma estrutura teórico-conceitual que gere e regenere a relevância e o encantamento da geografia política e da geopolítica. Da conjugação desses objetivos resulta, irrenunciavelmente, a esperança de fazer valer a mensagem da epígrafe deste texto, resgatando-se a geopolítica através da geografia, como filha legítima da geografia. Das vilipendiadas concepções da geopolítica como “filha dos fascismos”, “catecismo do imperialismo” ou “pseudociência”, partiríamos para a sua renovação dignificante como uma abordagem política crítica, eticamente assistida.

Referências bibliográficas

ADDOR, F. Sensibilizando sem tomar o poder. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7, n. 81, abr. 2014, p. 26

AGNEW, J. *Making political geography*. Londres: Arnold, 2002

_____. *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madri: Trama, 2005

AGNEW, J.; DUNCAN, J. (Ed.) *The Wiley-Blackwell companion to human geography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011

AGNEW, J. et al. (Ed.). *A companion to political geography*. Londres: Blackwell, 2003

ATKINSON, D. e DODDS, K. Introduction to geopolitical traditions: a century of geopolitical thought. In: Doods, K. e Atkinson, D. (Ed.). *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge, 2000

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. In: *Revista Brasileira de Geografia*, n. especial, vol. II, Rio de Janeiro: IBGE, 1988

_____. A geopolítica na virada do milênio. In: Castro, I. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

BLUNT, A.; WILLIS, J. *Dissident geographies*. An introduction to radical ideas and practice. Harlow: Pearce Education, 2000.

BORON, A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

CABALLERO, O. El mundo es delpulgar. *La Vanguardia*. Cultura, 04 mar. 2013

CAIRO, H. Re-pensando la geopolítica: la renovación de la disciplina y las aportaciones de John Agnew. In: Agnew, J. *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madri: Trama, 2005.

CAIRO, H.; PASTOR, J. (Comp.). *Geopolítica, guerras y resistencias*. Madri: Trama, 2006.

CLAVAL, P. *Géopolitique et géostratégie*. La pensée politique, l'espace et le territoire eau. XXe.siccle. Paris: Nathan, 1994.

COSTA, W. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec, 1992.

COX, K.; LOW, M.; ROBINSON, J. (Ed.). *The Sage hand book of politicalgeography*. Londres: Sage, 2008.

DALBY, S. Critical geopolitics: discourse, difference, and dissent. *Environmentand Planning D: Society and Space*, 9, 1991, pp. 261-83.

_____. Green geopolitics. In: Agnew, J. et al. (Ed.). *A companion to political geography*. Londres: Blackwell, 2003.

DAHLMAN, C. Geopolitics In: GALLAHER, C. et al. *Key concepts in political geography*. Londres: Sage, 2012 [2009].

DODDS, K. Enframing Bosnia. The geopolitical iconography of Steve Bell. In: Ó Tuathail, G. e Dalby, S. (Ed.). *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge, 1998.

Lima, I.

_____. *Global geopolitics. A critical introduction*. Londres: Prentice Hall, 2005

DODDS, K; ATKINSON, D. (Ed.). *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge, 2000.

GALLAHER, C. et al. *Key concepts in political geography*. Londres: Sage, 2012 [2009]

HUISSOUD, J-M. e GAUCHON, P. (Coord.). *Las 100 palabras de la geopolítica*. Madri: Akal, 2013.

KELLY, P. Geopolitics - Part I. In: Agnew, J. e Duncan, J. (Ed.) *The Wiley-Blackwell companion to human geography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011.

KOFMAN, E. Feminist transformations of political geography. In: Cox, K.; Low, M. e Robinson, J. (Ed.). *The Sage hand book of political geography*. Londres: Sage, 2008.

KONRAD, G. Antipolitics: a moral force. In: Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (Ed.). *The geopolitical reader*. Nova York: Routledge, 1998.

KUUS, M. Geopolitics – Part II. In: Agnew, J. e Duncan, J. (Ed.) *The Wiley-Blackwell companion to human geography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011.

_____. *Geopolitics and Expertise: knowledge and authority in European diplomacy*. London: Wiley-Blackwell, 2014.

LACOSTE, Y. *De la géopolitique aux paysages*. Dictionnaire de la géographie. Paris: Armand Colin, 2003.

_____. *Geopolítica. La larga historia del presente*. Madri: Síntesis, 2009.

LÉVY, J. *L'espace. légitime*. Sur la dimension géographique de la fonction politique. Paris: PFNSP, 1994.

LLADÓ, B. *Franco Farinelli*. Del mapa al laberinto. Barcelona: Icaria, 2013.

LIMA, I. Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial. Bogotá: *Simpósio Internacional Geocrítica*, 2012.

LOROT, P. *Histoire de la géopolitique*. Paris: Economica, 1995.

LUKE, T. Toward a green geopolitics: politicizing ecology at the World watch Institute. In: Dodds, K e Atkinson, D. (Ed.). *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge, 2000.

MELLO, L. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: EDUSP, Hucitec, 1999.

MÉNDEZ, R. *El nuevo mapa geopolítico del mundo*. Valencia: TirantLoBlanch, 2011.

MOÏSI, D. *A geopolítica das emoções*. São Paulo: Campus, 2009.

MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

MOUNTZ, A. The other. In: Gallaher, C. et. al. *Key concepts in political geography*. Londres: Sage, 2012 [2009].

NOGUÉ, J. Geografía política. In: Hiernaux, D. e Lindón, A. (Org.). *Tratado de geografía humana*. México D.F.: Anthropos, 2006

Ó TUATHAIL, G. *Critical geopolitics*. The politics of writing global space. Nova York: Routledge, 1996a

_____. An anti-geopolitical eye: Maggie O'Kane in Bosnia 1992-1993. *Gender, Place and Culture*, 3(2), 1996b, pp. 171-85

_____. Spiritual geopolitics: Fr. Edmund Walsh and Jesuit anti-communism. In: Dodds, K e Atkinson, D. (Ed.). *Geopolitical traditions*. A century of geopolitical thought. Nova York: Routledge, 2000

Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S. (Ed.) *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge, 1998

Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (Ed.). *The geopolitical reader*. Nova York: Routledge, 1998

PAINTER, J. Geographies of space and power. In: Cox, K.; Low, M. e Robinson, J. (Ed.). *The Sage handbook of political geography*. Londres: Sage, 2008.

PAINTER, J.; JEFFREY, A. *Political geography*. Londres: Sage, 2009.

PÉREZ-GIL, V. Tensão das múltiplas territorialidades na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca, México, pela presença do Plano Puebla-Panamá. *Dissertação de mestrado*. 2011. Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, UFF: Niterói.

PILE, S.; KEITH, M. (Ed.). *Geographies of resistance*. Nova York: Routledge, 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. *Geografías, movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México D.F.: Siglo XXI, 2001.

Lima, I.

_____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ceceña, A. e SADER, E. (Org.) *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____. *Geografando nos varadouros do mundo*. Brasília: Ed. IBAMA, 2004 [1998].

_____. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, A. (Org.). *Los desafíos de la emancipación en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C.; QUENTAL, P. América Latina e colonialidade do poder. In: Haesbaert, R. (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EDUFF, 2013.

PRECIADO, J.; UC, P. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: Gohn, M. e Bringel, B. (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

RAFFESTIN, C. Introdução In: Raffestin, C. (Org.). *Geografia política: teorie per un progetto sociale*. Milão: Unicopli, 1983.

_____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RAFFESTIN, C et al. *Géopolitique et histoire*. Paris: Payot, 1995.

REVEL, J. *Foucault*. Conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROUTLEDGE, P. A spatiality of resistances. Theory and practice in Nepal's Revolution of 1990. In: Pile, S. e Keith, M. (Ed.). *Geographies of resistance*. Nova York: Routledge, 1997.

_____. Going global. Spatiality, embodiment, and mediation in the Zapatista insurgency. In: Ó TUATHAIL, G. e DALBY, S. (Ed.) *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge, 1998a.

_____. Introduction. In: Ó Tuathail, G. et al. *The geopolitical reader*. Nova York: Routledge, 1998b.

_____. Anti-geopolitics. In: Agnew, J. et al. (Ed.). *A companion to political geography*. Londres: Blackwell, 2003.

SASSEN, S. *Contra geografías de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de sueños, 2003.

SHARP, J. Refiguring geopolitics: the Reader's Digest and popular geographies of danger at the end of the Cold War. In: Dodds, K e Atkinson, D. (Ed.). *Geopolitical traditions*. A century of geopolitical thought. Nova York: Routledge, 2000.

_____. Feminist and postcolonial engagements. In: Agnew, J. et al. (Ed.). *A companion to political geography*. Londres: Blackwell, 2003.

_____. Guerra contra el terror y geopolítica feminista. *Tabula Rasa*, 3, 2005, pp. 29-46.

SILVEIRA, M. Estado plurinacional: tensões de territorialidades no processo de refundação do Estado-nação equatoriano. *Dissertação de mestrado*. 2011. Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, UFF: Niterói.

SOPPLESA, J. et al. *Lexique de géopolitique*. Paris: Dalloz, 1988.

TAYLOR, P.; FLINT, C. *Geografía política*. Economía-mundo, estado-nación y localidad. Madri: Trama, 2000 [1985].

VALCÁRCEL, J. La geografía para el siglo XXI. In: Romero, J. (Org.). *Geografía humana*. Procesos, riesgos e incertidumbre en un mundo globalizado. Barcelona: Ariel, 2008.

YOUNG, I. Five faces of oppression. *Philosophical Forum*, 19, n. 14, 1988.

ZANOTELLI, C. Yves Lacoste: entrevistas. São Paulo: Annablume, 2005.

ZIBECHI, R. *Territorios en resistencia*. La Paz: Textos rebeldes, 2008.

Recebido em: 10/12/2013 Aceito em: 28/12/2013

¹ Este artigo de Bertha K. Becker foi republicado, com concordância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Revista Espaço Aberto, volume 2, número 1 (Jan./Jun. 2012), p.117-150.

